

ENTRE RAZÃO E DESRAZÃO: A LOUCURA COMO CRÍTICA SOCIAL NA LITERATURA DE LIMA BARRETO

Ana Carolina Verani
(PUC-RIO)

Foi a partir da convicção de que os problemas e discussões referentes à loucura, assim como o questionamento do sistema institucional psiquiátrico, transcendem a esfera psiquiátrica e atingem as estruturas sociais que o sustentam, e da importância de ampliar tais questões para toda a sociedade, que foi escolhido, para este trabalho, o período de consolidação da psiquiatria no Brasil, que se deu em fins do século XIX e início do XX, e a cidade do Rio de Janeiro como eixo central, por se acreditar que este período permite que se perceba claramente e que se explore a relação estabelecida entre o momento de instauração do regime republicano e das políticas de modernização da sociedade e o aparecimento dos primeiros hospitais psiquiátricos bem como da solidificação da psiquiatria como campo de saber específico sobre a loucura, permitindo a construção de uma noção científica a respeito desta.

Dentro desta perspectiva, não foi difícil eleger como fonte histórica para a pesquisa a obra do escritor Lima Barreto, que viveu no Rio de Janeiro entre 1881 e 1922, e passou pela experiência de ter ficado internado em um hospital psiquiátrico, tendo uma posição questionadora em relação ao monopólio da medicina psiquiátrica no que diz respeito a uma verdade sobre a loucura, e ao poder médico sobre os internos no hospício, que perdem qualquer direito sobre eles próprios.

Embora o escritor tenha escrito dois livros que dizem respeito diretamente às questões relacionadas à instituição psiquiátrica (*Diário de Hospício* e *Cemitério dos Vivos*), nos quais registrou a sua experiência no hospício e as suas reflexões referentes à loucura, e estes sejam um importante testemunho, a pesquisa não se restringiu unicamente a eles, estendendo a análise para o âmbito ficcional, tentando perceber como a questão da loucura aparece em sua produção literária.

Levando em conta a concepção de literatura militante defendida pelo escritor, ou seja, uma literatura voltada para a denúncia das injustiças sociais, para o combate ao que ele considerava as distorções do regime republicano, e para a contribuição na construção de uma sociedade menos desigual e excludente, foi possível afirmar que o escritor usa a loucura, em sua obra de ficção, como uma estratégia de reflexão e crítica sobre questões mais amplas da sociedade.

Desta forma, apesar do trabalho abordar o ponto de vista individual de um homem que buscou pensar e escrever sobre a sua sociedade, e ainda que se tenha privilegiado uma reflexão em torno do tema da loucura, a ideia do trabalho é partir disso para algo mais amplo, procurando avaliar o contexto social em que estava inserida determinada concepção de loucura.

O trabalho buscou, então, analisar como o escritor trabalha o tema da loucura em suas obras literárias, e questiona determinadas características da sociedade republicana a partir de personagens que na realidade representada nos seus livros são vistos como loucos ou esquisitos, e que, mesmo quando não são reclusos ao hospício, são levados a viver excluídos do convívio social por viverem de acordo com valores que se chocam com aqueles predominantes na sociedade. Os valores defendidos por estes, no entanto, são aqueles que na visão do escritor deveriam ser os mais importantes como, por exemplo, justiça, ética e solidariedade. Quer dizer, em sua literatura, são aqueles considerados loucos que são incumbidos de transmitir os valores que ele próprio defendia.

É claro que para a realização da análise de alguns personagens das obras de ficção (contos e romances) é fundamental que se tenha conhecimento também das opiniões e pensamentos do escritor expressos em crônicas, artigos e anotações no diário, os quais revelam o seu posicionamento questionador a respeito do governo republicano, das

transformações ocorridas durante o processo de modernização e urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Tais pensamentos e opiniões podem ser identificados, assim, em seus textos literários, que, ao serem utilizados como fonte para o desenvolvimento de uma pesquisa histórica, estão sendo vistos como um testemunho de seu tempo, produzidos por um escritor que se propunha a contribuir, através de sua literatura, para que se pensasse a sociedade de forma crítica.

Esta abordagem permitiu que fosse avaliado o pensamento crítico do escritor não só em relação à psiquiatria exclusivamente, mas também em relação a outras questões sociais e à própria literatura, e que as suas críticas fossem entendidas de uma forma ampla, voltadas para as idéias e mecanismos de manutenção de poder inseridos em toda uma estrutura social e política. Neste sentido, pode-se dizer que o questionamento do escritor permite que se compreenda a consolidação da psiquiatria e a ampliação de sua intervenção dentro da sociedade, como mais um mecanismo de controle estabelecido com o regime republicano. Assim, o trabalho procurou mostrar que as questões relativas à loucura, às suas formas de tratamento e concepções, podem ser estudadas dentro da percepção apontada pelo próprio Lima Barreto, ou seja, sendo consideradas como um dos aspectos de uma sociedade que era governada de acordo com ideais elitistas e excludentes, fazendo portanto parte de um projeto cientificizante dos governos republicanos, que acreditavam na possibilidade de uma gestão baseada exclusivamente na técnica e na neutralidade, capaz de propiciar soluções científicas para as diferenças e problemas sociais.

Assim, muitos dos personagens de Lima Barreto que foram analisados, eram vistos como loucos ou no mínimo esquisitos por adotarem comportamentos ou idéias consideradas desviantes das normas estabelecidas.

Desta forma, o personagem conhecido como *o feiticeiro*, do conto intitulado *O Feiticeiro e o deputado*, por exemplo, é um homem que chega em uma pequena cidade e passa a viver nela sozinho em seu pequeno sítio, cultivando sua horta, sem estabelecer muitas relações com a população local e sem que ninguém soubesse de onde veio e nem sobre o seu passado. Era chamado de “feiticeiro” pelos habitantes do lugarejo, e era visto como louco pelas autoridades do local - o médico e o escriturário- para quem não passava de “um “dementado” que deveria estar aos cuidados da ciência, em algum manicômio.”

No entanto, a opinião das autoridades muda quando chega um importante deputado em visita à cidade que, ao se deparar com o “feiticeiro”, reconhece-o como seu amigo e colega, fazendo com que o médico e o escriturário descubram que ele era formado. O doutor havia recebido o deputado com todas as honras, mostrando-lhe todos os recantos mais agradáveis da cidade. Por fim, quando percebeu que o deputado já estava se cansando, convidou-o para ir conhecer o “feiticeiro”, um “degenerado” que vivia na cidade. Quando, porém, o médico viu que o deputado reconheceu o feiticeiro como seu antigo colega, abraçando-o demoradamente e conversando longamente, logo perguntou ao deputado se aquele era formado. Com a resposta afirmativa, o médico diz que havia percebido logo, pelos modos e maneiras do habitante singular, que este era formado. Ao saber que o feiticeiro era formado e amigo do deputado, os modos e a maneira de ser deste, que antes denunciavam sua loucura, passam então a ser vistos de outra forma, demonstrando seu saber.

Este exemplo ilustra bem a maneira como a loucura foi usada por Lima Barreto para questionar os valores que imperavam na época e que legitimavam a exclusão social. Fica clara, assim, a crítica do escritor ao que ele considerava um dos símbolos de distinção na sociedade que mantinha a desigualdade existente: o bacharelismo, ou seja, a supervalorização dos títulos, diplomas e cargos considerados importantes. Supervalorização esta que acabava agindo como critério para o julgamento em relação à sanidade de uma pessoa.

Esta questão aparece ainda através de outros personagens, que valorizavam mais o estudo e o conhecimento do que o prestígio, posições sociais, o lucro, o enriquecimento, e que acabavam considerados loucos, encaminhados ao hospício ou vivendo isolados, enquanto que os que aparecem sendo bem sucedidos são aqueles que exatamente se

valem de símbolos e estratégias de distinção social, que muitas vezes são usados para mascarar a falta de inteligência ou estudo. Na visão do escritor, a injustiça estava no fato de que aqueles que obtinham o título de doutor adquiriam todo o prestígio, honras e privilégios na sociedade, originados da ciência e saber de que são portadores, mas na verdade quase nunca correspondiam a este saber de fato. Segundo ele, a maior parte deles era medíocre intelectualmente e usava o título para “cavar” posições sociais, cargos na administração pública, regalias e privilégios, ocupando o lugar de outros que, muitas vezes, são mais inteligentes, honestos e interessados em estudar, mas que não são doutores.

Desta forma, outras questões são criticadas pelo autor a partir de seus personagens, como a questão agrária, levantada pelo personagem Policarpo Quaresma, ao qual ninguém dá muita importância, pois o consideram louco, portador de idéias delirantes. Mas é ele, no entanto, que percebe o abandono em que viviam as populações rurais, sem ter uma terra própria para cultivar, sem o apoio do governo para tratar das terras, enquanto grandes proprietários mantinham terras improdutivas, conscientizando-se de que era preciso novas medidas para dar novas bases à vida agrária.

Através dos personagens, Lima Barreto promove, assim, uma reflexão a respeito da sociedade em que vive, assim como das relações sociais nela vigentes. Na verdade, quando questiona, a partir dos personagens, coisas como a supervalorização do diploma, a imprensa, o poder psiquiátrico, o abandono da população rural, o escritor estava criticando, enfim, as idéias e mecanismos de manutenção do poder inseridos em toda uma estrutura social e política pertencente ao sistema capitalista que tem como base das relações sociais estabelecidas a violência institucional e a exclusão social.

Assim, é possível interpretar os personagens por ele criados como representantes de ideais diferentes dos ideais burgueses e capitalistas difundidos na primeira República, que trazem à tona as tensões sociais existentes em uma determinada estrutura social. Se através de tais personagens inadaptados à sociedade, o autor faz uma crítica a esta sociedade, ao mesmo tempo também realça, em contrapartida, os valores que considera fundamentais para uma sociedade melhor.

É claro que para que se possa compreender melhor esta idéia de que os personagens vistos como “loucos” ou esquisitos construídos por Lima Barreto representam uma crítica aos ideais republicanos, os quais se baseavam na crença de que a ciência contribuiria para o progresso, é fundamental que se leve em consideração que o escritor viveu um momento de consolidação da psiquiatria como saber específico em relação à loucura, momento este em que este ramo da medicina buscou afirmar-se alargando sua intervenção na sociedade, e que foi percebido por Lima Barreto de forma crítica.

Embora o primeiro hospital psiquiátrico tenha sido criado no Brasil durante a monarquia, tendo sido inaugurado no ano de 1852 com o nome Hospício de D. Pedro II, a sua existência não esteve logo de início ligada à exclusividade de um saber médico sobre a loucura, permanecendo sua administração ligada à Santa Casa de Misericórdia. Só em 1890, já sob a égide da República é que o Hospício de D. Pedro II foi efetivamente separado da Santa Casa de Misericórdia, passando a se chamar Hospício Nacional de Alienados e a ser dirigido e administrado exclusivamente por médicos, assumindo um caráter científico e não mais de assistência e caridade.

Com a chegada da República estabeleceu-se, então, uma identificação política entre republicanos e alienistas, aprofundando as relações entre a psiquiatria e as questões de ordem pública, possibilitando tanto o projeto científico de medicalização da loucura, ampliando cada vez mais as fronteiras entre o que era considerado normal e o que era considerado patologia e, conseqüentemente, a intervenção da psiquiatria na vida cotidiana, quanto o projeto republicano de construir uma sociedade civilizada, de acordo com determinados padrões morais e sociais, e de ideais de progresso e prosperidade.

O surgimento da psiquiatria como um campo de conhecimento especializado no âmbito da medicina esteve ligado, então, ao contexto de transformações pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro. Cidade esta que se tornou um grande centro urbano, comercial e cultural e viu sua população atingir um ritmo acelerado de crescimento, engrossado por um grande número de imigrantes e de escravos recém-libertos, que viviam em estalagens e cortiços, aglomerados e em condições precárias de saneamento e higiene, contrastando com o modelo de civilização inspirado no modelo europeu que norteava os governantes republicanos e com o ideal de uma sociedade onde não houvesse espaço para a desordem, onde as ruas e moradias fossem limpas e belas, onde a população fosse branca.

Os políticos e governantes seguiam uma perspectiva higienista, desenvolvida a partir das últimas décadas do século XIX, acreditando que a solução para os problemas sociais e que a construção de um país civilizado só seria possível mediante uma forma científica de administração urbana que estivesse além dos conflitos e de interesses particulares, submetendo a política à técnica. Apesar da aparente neutralidade deste discurso higienista, na realidade as decisões tomadas quase sempre atendiam a certos interesses políticos e econômicos, privilegiando determinadas classes sociais em detrimento de outras.

A crença na possibilidade de um governo cuja administração pública possuísse um caráter supostamente neutro, técnico, objetivo, em aliança com os cientistas, foi alvo das críticas de Lima Barreto, para quem a supervalorização da ciência e dos doutores era mais uma prática de dominação, que não contribuía para a ampliação da cidadania, mas sim para manter o quadro de exclusão social de grande parte da população.

Foi no interior deste contexto, onde os políticos pretendiam governar norteados por princípios que eram supostamente científicos, afirmando a competência exclusiva de técnicos e cientistas e legitimando um quadro de exclusão social, que se consolidou então a psiquiatria, medicalizando as formas de compreensão e enfrentamento da loucura e redefinindo as práticas sociais em relação a esta, tornando-a monopólio dos médicos alienistas e estendendo cada vez mais a sua intervenção para a sociedade, possibilitando que um número cada vez maior de comportamentos e condutas fossem considerados como anormais. O que significou, concretamente, que após a implantação do regime republicano haveria um aumento significativo de cidadãos que seriam diagnosticados como doentes mentais e se juntariam ao número cada vez maior de internos no hospício.

O alargamento das fronteiras entre loucura e normalidade e as reclusões aos hospícios eram legitimadas pelas teorias científicas. A principal referência teórica que influenciou a psiquiatria brasileira no início do século XX foi a teoria da degenerescência, formulada por Auguste Morel. Esta teoria concebia como origem da loucura a degeneração sendo transmitida geneticamente, atribuindo-lhe uma natureza hereditária. Esta perspectiva que enfatizava a herança genética ampliava obviamente o poder da psiquiatria em relação à loucura e à sociedade, pois considerava que uma pessoa aparentemente normal aos olhos dos leigos poderia, no entanto, carregar estigmas físicos e psíquicos da doença mental, podendo ser identificados pelos médicos psiquiatras em certos comportamentos e manifestações que denunciavam “desordens de condutas” herdadas geneticamente.

Tais teorias científicas, marcadas por uma forte tendência organicista, consideravam manifestações de distúrbios mentais os mais variados comportamentos e atitudes, ligados a condutas morais que desobedecessem ou se diferenciasses dos padrões apregoados na época, e até características físicas e raciais.

A partir da década de 20 do século XX, houve uma grande difusão dos princípios eugênicos, baseados nos estudos do fisiologista inglês Francis Galton a respeito da hereditariedade, realizados na segunda metade do século XX. A eugenia no Brasil, e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, que no início do século XX tinha grande parte de sua população composta por negros e mestiços, teve um caráter fundamentalmente racista e preconceituoso, considerando estes como sendo biológica e fisicamente degenerados e inferiores devido à composição hereditária.

Em sua visão crítica, Lima Barreto questionava as idéias deterministas em relação à causa da loucura, rejeitando suas generalizações. A crítica do escritor direcionava-se não só ao “cunho marcadamente discriminatório” da ciência, mas também à pretensão psiquiátrica de estabelecer certezas cientificamente comprovadas a respeito dos distúrbios mentais, reduzindo o que ele considerava um grande e angustioso mistério da humanidade a algumas generalizações, classificações e terminologias incapazes, porém, de dar uma resposta ou solução para a loucura. Para ele, os médicos psiquiatras deveriam se voltar para o problema da loucura levando mais em consideração sua manifestação em cada caso separadamente e livre de julgamentos construídos *a priori*, ao invés de apenas generalizarem a partir de teorias científicas apreendidas em livros importados, acreditando na absoluta certeza científica.

É possível perceber que o fato de o escritor, em sua produção literária, ter usado a loucura para fazer uma crítica social, criando personagens que não eram loucos de verdade mas, sim, vistos desta forma por terem idéias e comportamentos diferentes dos valores e padrões de moralidade vigentes, não significa que ele não aceitasse a existência da loucura também como doença de fato em alguns casos. O que ele coloca em discussão é o que era considerado manifestação de loucura e, portanto, doença, e mais ainda, as formas de compreender e lidar com tal doença e os saberes referentes a ela. O que ele mostra e critica através de sua literatura é como a psiquiatria se valeu de seu estatuto de ciência que detinha o monopólio de uma verdade sobre a loucura para incorporar alguns preconceitos como, por exemplo, o racial, tornando-o científico e condenar comportamentos, idéias e modos de vida não aceitos ou não compreendidos pelos padrões dominantes, enquadrando as pessoas que adotavam tais comportamentos ou defendiam determinadas idéias na categoria de loucos, os quais deveriam viver na exclusão das instituições psiquiátricas, perdendo seus direitos de cidadãos.

A crítica de Lima Barreto se estende, portanto, também ao tratamento designado aos loucos, ao isolamento a que eram condenados, ao poder dominante do médico e muitas vezes da polícia sobre o doente internado.

Diante das certezas apregoadas pela ciência, da sua crença de que podia resolver algumas questões sociais e tão complexas como a loucura através de teorias e soluções científicas imutáveis e constantes, mas que não davam conta das inconstâncias e diversidades da sociedade e do ser humano; diante das explicações defendidas a respeito da loucura como a hereditariedade, o escritor preferiu defender a dúvida, a incerteza, o mistério. Esta valorização do mistério funcionava como oposição ao que ele considerava prepotência científica, quer dizer, o fato de a ciência desenvolver teorias que afirmavam explicar o que para ele não podia ser explicado através de rígidos e mecânicos conceitos, e exercer assim um poder sobre a sociedade que legitimava a discriminação social.

Desta forma, para concluir, pode-se dizer que fica claro, então, que as críticas de Lima Barreto em relação ao discurso científico e à instituição psiquiátrica não eram um aspecto isolado e, sim, faziam parte de um posicionamento do escritor de questionamento das formas de dominação perpetuadas pela sociedade. Suas críticas, além disso, contribuem para uma reflexão a respeito das formas de lidar e compreender a loucura, ligadas à exclusão e a violência, que também não podem ser desvinculadas de questões políticas que obedecem a uma determinada lógica excludente do ponto de vista político, social e econômico.